

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.792 - RS (2019/0064443-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : CTM - CONSULTORIA TRIBUTARIA MUNICIPAL S/S LTDA  
**ADVOGADO** : JÚLIO CÉSAR LINCK - RS041006  
**AGRAVADO** : CLARO S.A INCORPORADOR DO  
- : NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A  
**ADVOGADOS** : JULIO CESAR GOULART LANES - RS046648  
MARIA TERESA BERNHARDT PALMEIRO - RS067458  
ADRIANA DE FÁTIMA LIBERALESSO E OUTRO(S) - RS091581

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por CTM - CONSULTORIA TRIBUTARIA MUNICIPAL S/S LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de CTM - CONSULTORIA TRIBUTARIA MUNICIPAL S/S LTDA, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento.

Percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício (fl. 522/523), ficou-se inerte (fl. 525).

Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado, incidindo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º

do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente

